

MONITOR FISCAL E ORÇAMENTÁRIO

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Abril/2019 (Dados de fevereiro/2019)

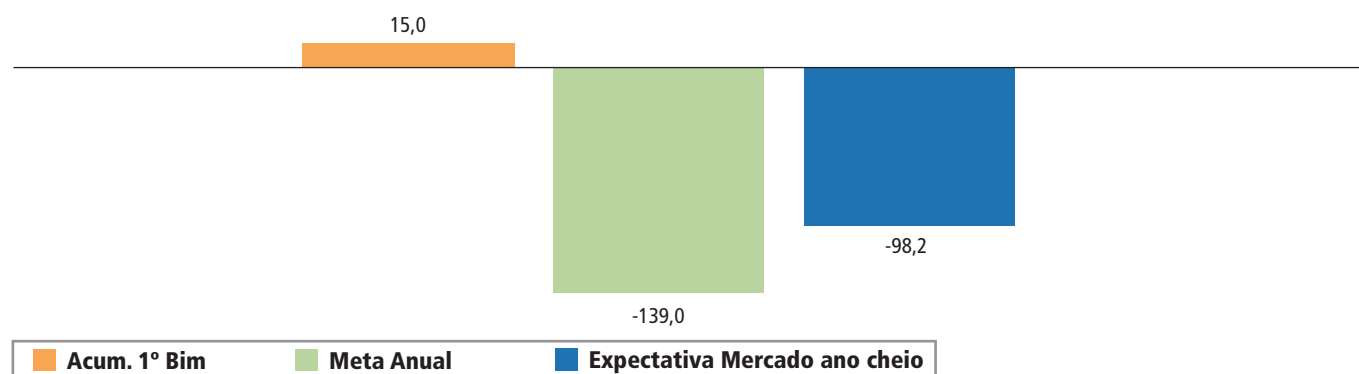


Desempenho Fiscal

Expectativas de mercado apontam para deficit primário de R\$ 98,2 bilhões em 2019, no âmbito do governo central. A meta anual, fixada na LDO, é de deficit de R\$ 139,0 bilhões. Ao mesmo tempo, o Poder Executivo promoveu contingenciamento de R\$ 35,0 bilhões em suas despesas primárias.

A. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL EM 2019

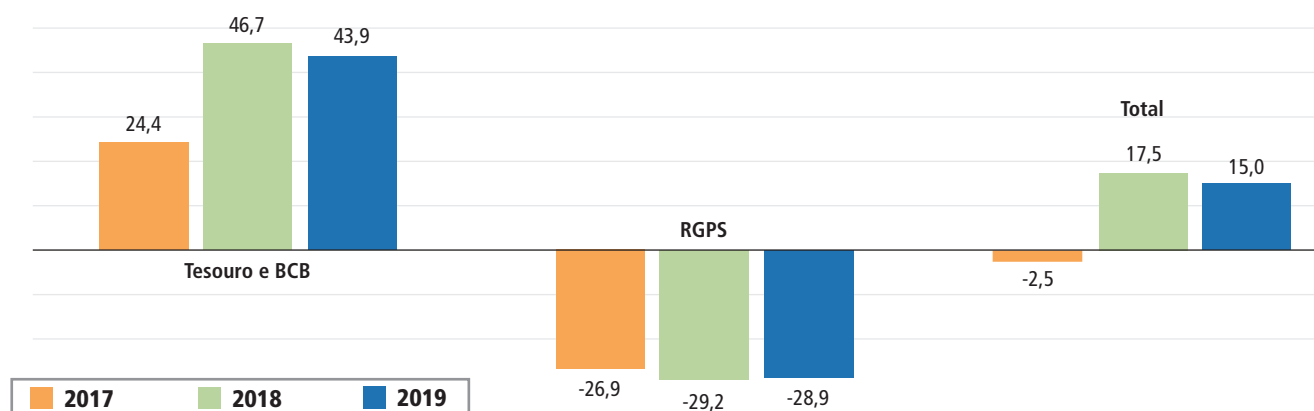
Resultado Primário do Governo Central em 2019 (R\$ bilhões)



Fontes: Banco Central para resultado acumulado no 1º bimestre, Lei 13.707/2018 (LDO 2019) para meta de resultado primário e Prisma Fiscal de março de 2019, do Ministério da Economia, para expectativas de mercado (mediana).

B. RESULTADO DO TESOURO E BCB X RESULTADO DA PREVIDÊNCIA

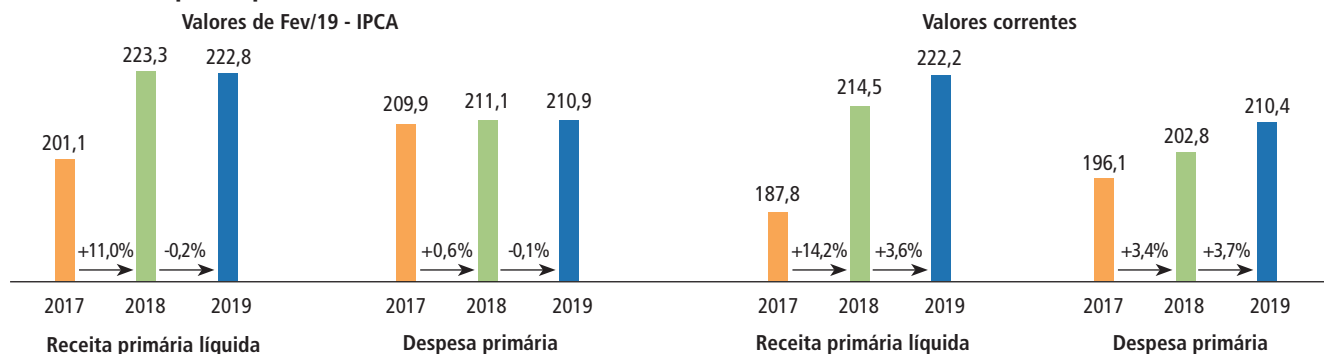
Decomposição do Resultado Primário do Governo Central - 1º bimestre (R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central.

C. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias - 1º bimestre (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional.

D. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

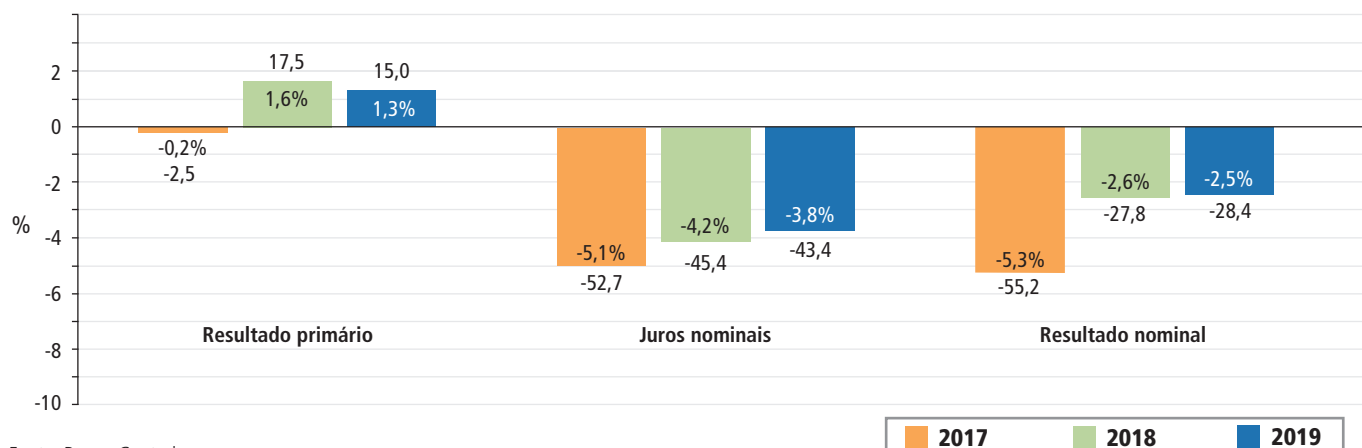
R\$ bilhões de Fev/2019

DETALHAMENTO DAS DESPESAS	1º BIMESTRE ¹			VARIÇÃO %	
	2017	2018	2019	2017 - 2018	2018 - 2019
1. Obrigatórias	198,0	200,1	199,7	1,0%	-0,2%
RGPS	88,0	91,3	93,1	3,8%	1,9%
Pessoal	49,3	50,2	50,0	1,6%	-0,2%
Outras Obrigatórias	41,3	37,7	36,9	-8,6%	-2,3%
BPC	9,3	9,5	9,7	2,0%	2,8%
Abono e Seguro Desemprego	12,0	11,8	11,7	-1,9%	-0,4%
Subsídios e Subvenções	9,6	6,5	4,8	-32,5%	-25,8%
Demais	10,3	10,0	10,6	-3,6%	6,1%
Obrigatórias sujeitas a programação financeira	19,4	20,9	19,7	7,6%	-5,6%
2. Discricionárias do Poder Executivo	11,9	11,0	11,2	-7,6%	2,0%
3. Total (1+2)	209,9	211,1	210,9	0,6%	-0,1%

Fonte: Tesouro Nacional. ¹ Valores pagos. Inclui restos a pagar.

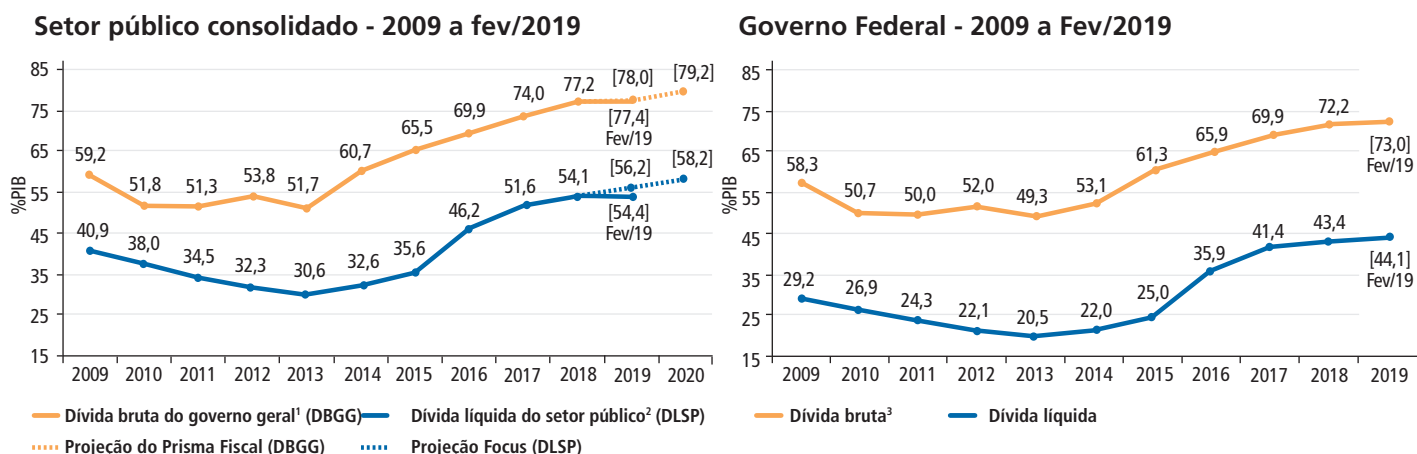
E. RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL

Resultados Fiscais do Governo Central - 1º bimestre (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO* (% PIB)



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal de Janeiro de 2019 e Relatório Focus de 25/1/2019. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

* Para que a dívida bruta do governo federal não se ampliasse em 2019, estabilizando-se no nível verificado ao final de 2018, o déficit primário do governo central deveria ser zerado.

G. CONTINGENCIAMENTO – PODER EXECUTIVO (2019)

R\$ milhões

ÓRGÃOS	LOA	AUTORIZADO	LIMITE DE EMPE-NHO¹	CONTINGENCIAMENTO	
				VALOR	% DO AUTORIZADO
20000 Presidência da República	669,9	726,2	579,7	146,6	20,2%
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.286,8	2.301,2	1.629,5	671,6	29,2%
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	5.079,2	5.079,2	2.947,0	2.132,2	42,0%
25000 Ministério da Economia	12.697,5	12.628,7	8.989,8	3.638,8	28,8%
26000 Ministério da Educação	23.633,5	23.633,5	17.793,9	5.839,6	24,7%
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	3.891,8	3.832,2	2.994,3	837,8	21,9%
32000 Ministério de Minas e Energia	4.737,4	4.737,4	969,1	3.768,3	79,5%
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.642,9	1.642,9	1.314,2	328,7	20,0%
36000 Ministério da Saúde	20.046,9	20.046,9	19.446,9	600,0	3,0%
37000 Controladoria-Geral da União	110,1	110,1	95,1	15,0	13,6%
39000 Ministério da Infraestrutura	10.902,9	10.902,9	6.600,3	4.302,6	39,5%
44000 Ministério do Meio Ambiente	839,9	821,1	633,7	187,4	22,8%
52000 Ministério da Defesa	13.227,1	13.227,1	8.119,2	5.107,8	38,6%
53000 Ministério do Desenvolvimento Regional	9.194,4	9.211,6	6.228,8	2.982,8	32,4%
54000 Ministério do Turismo	598,1	598,1	375,3	222,8	37,3%
55000 Ministério da Cidadania	4.242,5	4.294,9	3.245,8	1.049,0	24,4%
63000 Advocacia-Geral da União	450,0	450,0	360,0	90,0	20,0%
81000 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	367,8	373,4	296,3	77,0	20,6%
Emendas individuais	9.143,7	9.143,7	7.178,6	1.965,1	21,5%
Emendas de Bancada	4.580,0	4.580,0	3.589,3	990,6	21,6%
Total	128.342,3	128.341,0	93.386,8	34.954,1	27,2%

Fonte: Siga Brasil e Decreto 9.741, de 29 de março de 2019. Para permitir a comparação entre os valores, foram efetuados ajustes nas colunas Autorizado e Limite de Empenho, a exemplo da inclusão das dotações de órgãos não constantes do anexo do decreto de limitação de empenho nas dotações dos órgãos responsáveis por sua supervisão.

1. Conforme art. 8º, I, do Decreto 9.711/2019, com redação dada pelo Decreto 9.741/2019, os limites podem ser ampliados em até R\$ 5.372,7 milhões, por ato do Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

H. EMENDAS IMPOSITIVAS (2019)

R\$ milhões

EMENDAS IMPOSITIVAS	AUTORIZADO ¹	LIMITE DE EMPENHO	EMPENHADO	PAGO		
				DO ANO	RESTOS A PAGAR	TOTAL
Individuais	9.143,8	7.178,6	2,2	0,0	377,2	377,2
Despesas Correntes	4.474,4	-	1,2	0,0	46,3	46,3
Investimentos ²	4.669,4	-	1,0	0,0	330,9	330,9
Bancada Estadual	4.580,0	3.589,3	0,0	0,0	248,4	248,4
Despesas Correntes	1.599,3	-	0,0	0,0	32,1	32,1
Investimentos ²	2.980,7	-	0,0	0,0	216,4	216,4

Fonte: SIGA Brasil, dados atualizados até março, e Decreto 9.741/2019.

1. Autorizado = LOA + Créditos adicionais.

2. Inclui Inversões Financeiras.

EXTRA: “ORÇAMENTO IMPOSITIVO”

A Câmara dos Deputados aprovou a PEC 2/2015, que altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica. No Senado Federal, a matéria foi autuada como PEC 34/2019 e aprovada em dois turnos em 03/04/2019, com alterações, sendo enviada à Câmara para nova apreciação.

Notas Técnicas sobre o tema:

- Nota Técnica nº 1/2019: PEC Nº 02/2015 - ANÁLISE DOS DISPOSITIVOS E IMPACTOS NA RIGIDEZ ORÇAMENTÁRIA.
Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2019/nt-01-2019-pec-no-02-2015-analise-dos-dispositivos-e-impacto-na-rigidez-orcamentaria>

- Nota Técnica nº 3/2019: PEC Nº 2/2015 E CUMPRIMENTO DO TETO DE GASTOS.
Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2019/nt-03-2019-pec-no-2-2015-e-cumprimento-do-teto-de-gastos>
- Nota Técnica 42/2019: PEC 34/2019, QUE “ALTERA OS ARTS. 165 E 166 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA TORNAR OBRIGATÓRIA A EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA”.
Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/notas-tecnicas-e-estudos/pec-34-2019-que-201caltera-os-arts.-165-e-166-da-constituicao-federal-para-tornar-obrigatoria-a-execucao-da-programacao-orcamentaria-que-especifica201d>

AVISO:

A partir da edição de abril de 2019, o Monitor Fiscal passa a se chamar Monitor Fiscal e Orçamentário, com modificações em seu conteúdo.

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Consultora-Geral: Ana Claudia C. S. Borges
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D’Avila, Aritan Maia, Arthur Kronenberger, Dayson Pereira, Eduardo Rodriguez, Flávio Luz, Ingo Luger, Marcel Pereira, Paulo Bijos, Renan Milfont, Rafael De Fraia e Souza.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal